

São Benedito / Vara Única da Comarca de São Benedito



0000438-53.2018.8.06.0163

JUSTIÇA GRATUITA

Classe : Procedimento Comum  
Assunto principal : Seguro  
Competência : Cível Interior  
Valor da ação : R\$ 9.450,00  
Volume : 1  
Requerente : **FRANCISCO FABIO VIANA ABREU**  
Advogada : Fabiana Negreiros de Azevedo (OAB:  
35010/CE)  
Requerido : **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro**  
**DPVAT**  
Distribuição : Sorteio - 05/10/2018 11:20:10

**Va**  
Vara Única



**NEGREIROS**  
advocacia



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO BENEDITO  
ESTADO DO CEARÁ.

438 53 2018

**FRANCISCO FABIO VIANA ABREU**, brasileiro, solteiro, agricultor, RG nº 2004028126452 SSP-CE, inscrito no CPF sob o nº 023.758.533-26, residente e domiciliado no Sítio Jacarandá s/n, Zona Rural, em São Benedito/CE, CEP 62.370-000, por intermédio de sua advogada ao final assinado, constituídos nos termos da procuração anexa, com endereço profissional constante no timbre, onde em atendimento à diretriz do Art. 77, inciso V, do Código de Processo Civil, indica para as intimações necessárias, vem à presença de Vossa Excelência com súpero acato e o merecido respeito, com arrimo no Art. 5º, XXXV e Art. 97 ambos da Constituição Federal, na Lei nº 6.194/74 c/c art. 100, I da Lei 8.078/90 (Código Defesa Consumidor) propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA**

em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, estabelecida à RUA DA ASSEMBLEIA, 100, 26º ANDAR - CENTRO, RIO DE JANEIRO/RJ CEP 20.011-904, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:

☎ (85)9.9666 6848

✉ fabiana@negreirosadvogados.com.br

📍 Rua Francisco Segundo da Costa, nº 107 Sala 08 | Edson Queiroz | Cep: 60.811-650



PRELIMINARMENTE

• **Dos benefícios da Justiça Gratuita**

A requerente pleiteia os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, assegurado pela Lei 1060/50, pois não pode arcar com o pagamento de custas e demais despesas processuais sem prejuízo de seu sustento, conforme declaração em anexo.

**1 - DOS FATOS**

O requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em **19/08/2013**, por volta das 11h00, enquanto trafegava na motocicleta de placa OCM-7601, ocasião em que perdeu o controle do veículo ao tentar desviar de um cachorro que atravessava a via e veio a cair; conforme prova Boletim de Ocorrência nº 1835/2013, registrado na Delegacia de Polícia Civil de São Benedito/CE, cuja cópia segue em anexo.

Após o fato, foi socorrido para o hospital Municipal de local, tendo em vista que em consequência do acidente sofreu **TRAUMA NO OMBRO ESQUERDO**. Lesão que lhe gerou graves sequelas e invalidez permanente no membro superior esquerdo.

Diante de tal circunstância, o requerente se tornou beneficiária da indenização por invalidez permanente prevista no Art. 3º da Lei 6.194/74, que trata do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT e ingressou junto à Seguradora requerida com pedido administrativo.

O requerente, de forma tempestiva, acionou administrativamente a Seguradora/Requerida a fim de receber o benefício do Seguro Obrigatório – DPVAT em virtude das sequelas deixadas pelo acidente que sofreu.

Ocorre, que até a presente data não teve seu direito satisfeito, visto que a **EM 06/06/2016** Seguradora negou o pedido no processo administrativo **Nº 2014009119** alegando o seguinte **"NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR"**, documentação esta além das exigidas por Lei. Visto que foi entregue, por parte do requerente, documentação médico-hospitalar, relatório médico informando o grau da invalidez permanente ocasionado pela lesão sofrida, comprovando ainda ser lesão decorrente do acidente automobilístico, Boletim de Ocorrência, dessa forma, encontra-se descabida a negativa do pedido no processo administrativo.

Respeitamos o zelo com o qual a Requerida trata seus processos administrativos, primando pela excelência e extirpando o mau uso do instituto do DPVAT. Entretanto, pedimos vênias para, de forma contundente, discordar das exigências feitas no caso em tela, posto que são completamente absurdas, descabidas e não merecem prosperar.

O Requerente suplica ao Judiciário a Tutela Jurisdicional que faça a requerida cumprir com sua obrigação, qual seja, pagar a requerente, com base na tabela de indenizações do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo autora se enquadra, a

☎ (85) 9.9666 6848

✉ [fablana@negreirosadvogados.com.br](mailto:fablana@negreirosadvogados.com.br)

📍 Rua Francisco Segundo da Costa, n° 107 Sala 08 | Edson Queiroz | Cep: 60.811-650





**NEGREIROS**  
advocacia



importância equivalente a **R\$ 9.450,00** (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), conforme determina o Art. 3º, IV da Lei 6.194/74 incluído pela Lei 11.482 de 2007, **ACRESCIDOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA COM BASE NA SUMULA 580 DO STJ.**

## 2. DO DIREITO

### 2.1 - DA PRESCRIÇÃO: DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL.

A indenização por invalidez permanente estabelecida pelo Seguro Obrigatório DPVAT a título de prazo prescricional equivale a três anos, de acordo com a súmula do STJ nº 405. E, esta começa a contar da data em que o segurado obtém ciência inequívoca sobre o seu estado de incapacidade, ou da data em que este tomou ciência da negativa da Seguradora de acordo com as súmulas do STJ nº 278.

Temos ainda o seguinte entendimento jurisprudencial;

TJ-SC - Apelação Cível AC 259460 SC 2010.025946-0 (TJ-SC)

Data de publicação: 20/07/2010

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. JULGAMENTO DE IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. PRESCRIÇÃO. INSUBSISTÊNCIA. TERMO A QUO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. DATA DA NEGATIVA DO PAGAMENTO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA CASSADA. A prescrição é a extinção de uma pretensão pela fluência do tempo. A pretensão, segundo o artigo 189 do Código Civil vigente, nasce da violação de um direito, ou seja, direito e pretensão não nascem concomitantemente, esta é posterior, pois surge apenas quando o direito é violado. Com a ocorrência do sinistro, nasce o direito do sinistrado a percepção do seguro obrigatório. O direito a percepção do seguro, então, passa a existir e pode ser exercido pelo sinistrado. A partir do instante em que a seguradora viola esse direito (seja pela recusa de pagamento ao segurado, ou pelo pagamento parcial da indenização devida), é que nasce a pretensão do sinistrado perante a seguradora, e, junto com ela, inicia-se a contagem do prazo prescricional. PROCESSO CIVIL. EXAME DO MERITUM CAUSAE PELO TRIBUNAL. POSSIBILIDADE. EXEGESE DO ARTIGO 515, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). PEDIDO DE PAGAMENTO DA VERBA INDENIZATÓRIA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. CONSÓRCIO CONSTITUÍDO POR SOCIEDADES SEGURADORAS. VEÍCULOS NÃO-SEGURADOS ENVOLVIDOS NO SINISTRO. ARTIGO 7º, CAPUT, DA LEI N. 6.194/1974. QUITAÇÃO. INEFICÁCIA. PRELIMINARES REJEITADAS. Por expressa previsão da Lei n. 6.194/1974, a indenização para pessoa vitimada por veículo não-segurado é paga por consórcio constituído por todas as sociedades seguradoras que operem neste ramo de seguro (artigo 7º, caput, com a redação dada pela Lei n. 8.441/1992), de maneira que qualquer delas pode figurar no polo passivo da demanda que visa à conclusão securitária. INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL SUBSCRITO POR DOIS PERITOS OFICIAIS. PROVA SUFICIENTE. Tendo a seguradora reconhecido a invalidez permanente do segurado mediante pagamento...

Encontrado em: . Apelado: Liberty Paulista Seguros S/A Apelação Cível AC 259460 SC 2010.025946-0 (TJ-SC) Jaime Luiz

(85)9.9666 6848

✉ fablana@negreirosadvogados.com.br

📍 Rua Francisco Segundo da Costa, nº 107 Sala 08 | Edson Quelroz | Cep: 60.811-650



Temos ainda;



TJ-SC - Apelação Cível AC 419110 SC 2009.041911-0 (TJ-SC)

Data de publicação: 26/01/2010

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). PRESCRIÇÃO. PRAZO TRIENAL. ART. 206, § 3º, IX, DO CÓDIGO CIVIL. SÚMULA N. 405 DO STJ. INEXISTÊNCIA DE NEGATIVA OU DE PAGAMENTO ADMINISTRATIVO PARCIAL DA INDENIZAÇÃO. TERMO A QUO. DATA DO EVENTO DANOSO. DIREITO AUTURAL PRESCRITO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. O prazo prescricional nas ações movidas pelo segurado contra a seguradora é de três anos, por força do estatuído no artigo 206, § 3º, IX, do Código Civil, e tem seu início a contar do pagamento administrativo realizado a menos ou da negativa de adimplemento da indenização securitária. Na ausência desses balizadores, a fluência da prescrição inicia a partir da data do acidente.

Encontrado em: Mees. Apelado: Nobre Seguradora do Brasil S/A Apelação Cível AC 419110 SC 2009.041911-0 (TJ)

Como pode ser observado, o prazo prescricional inicia-se apenas em 06/06/2016, data esta em que a requerente tomou ciência da negativa da Seguradora, conforme doc anexa, logo, cairá por terra qualquer tese da requerida na tentativa de alegar que pretensão no caso em epígrafe.

## 2.2 - A INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE NO SEGURO DPVAT

A indenização a ser paga em decorrência do evento invalidez permanente coberto pelo Seguro Obrigatório de veículos deveria estar em conformidade com o que determina o artigo 3º, o inciso II da Lei 6.194/74, que não foi respeitado, uma vez que o pedido foi negado.

Destarte, é irrefutável o direito do Requerente em pleitear o recebimento da quantia legalmente estabelecida - R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Ressalte-se que o autor sofreu lesões que lhe causaram invalidez permanente, conforme testifica o laudo médico anexo, as quais foram **LESÃO NO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO**.

Desta feita, a requerente vem a juízo litigar pelo pagamento de sua indenização **ACRESCIDA DE CORREÇÃO MONETÁRIA COM FITO NO IGPM E JUROS DE MORA DESDE A NEGATIVA DO PAGAMENTO**.

## 2.3 - DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O RECEBIMENTO DO SEGURO DPVAT

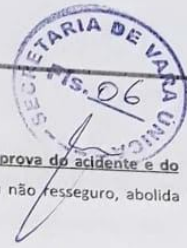
A Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, em seu art. 5º, § 1º, alínea "a" com redação determinada pela Lei 8.441 de 13 de julho de 1992, estabelece a relação de documentos necessários para o recebimento do seguro obrigatório:

☎ (85)9.9666 6848

✉ fablana@negreirosadvogados.com.br

📍 Rua Francisco Segundo da Costa, n° 107 Sala 08 | Edson Queiroz | Cep: 60.811-650





Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

§ 3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo instituto médico legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente.

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992) (grifo nosso)

No caso em tela, é necessário apenas apresentação do registro da ocorrência no órgão policial e laudo médico competente, o que foi devidamente apresentado à requerida no processo administrativo. (docs. anexos)

SENDO ASSIM, NÃO HÁ NECESSIDADE ALGUMA DA REQUERIDA SOLICITAR QUAISQUER TIPO DE DOCUMENTO QUE NÃO ESTEJA PREVISTO EM LEI, POIS COM A VASTA DOCUMENTAÇÃO PROVANDO A INVALIDEZ PERMANENTE, NÃO HÁ MOTIVO PLAUSÍVEL PARA A NEGATIVA DA REQUERIDA OU PARA SOLICITAR QUALQUER OUTRO TIPO DE DOCUMENTO QUE NÃO ESTEJA PREVISTO NA LEGISLAÇÃO, APENAS HOVE MÁ VONTADE E EXCESSO DE ZELO PARA COM O PROCEDIMENTO, O QUE NA REALIDADE VEM A RETARDAR O PAGAMENTO JUNTO E DEVIDO, TORNANDO-SE UM FLAGRANTE DESRESPEITO AO DIREITO DA REQUERENTE, ALÉM DA ILEGALIDADE QUE DEVE SER COIBIDA PELO PODER JUDICIÁRIO.



**3 - DA CONTAGEM DOS JUROS MORATÓRIOS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Os juros moratórios, na presente ação, devem ser contados a partir da data em que restou configurada a mora por parte da Seguradora/Requerida.

No entanto, a correção monetária medida pelo IGPM e juros de 1 % a.m. nos termos art. 406 do Código Civil Brasileiro a partir do dia **19/08/2013**, conforme jurisprudência transcrita abaixo:

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. **SEGURO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA.** TERMO. EVENTO DANOSO. JULGAMENTO SOB O RITO DOS REPETITIVOS. **NÃO PROVIMENTO.** 1. Em homenagem aos princípios da economia processual e da fungibilidade, devem ser recebidos como agravo regimental os embargos de declaração que contenham exclusivo intuito infringente. 2. "Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. (...)" (REsp1483620/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/5/2015, DJe 2/6/2015)". 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (EDcl no REsp 1479744 / SC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. 2014/0228696-0. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI (1145). T4 - QUARTA TURMA. 04/08/2015. DJe 10/08/2015)

E ainda, no mesmo entendimento temos a SUMULA 580 do STJ;

**SÚMULA 580-STJ:** A CORREÇÃO MONETÁRIA NAS INDENIZAÇÕES DO SEGURO DPVAT POR MORTE OU INVALIDEZ, PREVISTA NO § 7º DO ART. 5º DA LEI Nº 6.194/1974, REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.482/2007, **INCIDE DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO.** STJ. 2ª Seção. Aprovada em 14/09/2016, DJe 19/09/2016 (Info 590). (grifos nossos)

**4 - DOS PEDIDOS**

Em face do exposto, requer-se que V. Exa. se digne a:

- a) A concessão da Justiça Gratuita ao requerente, com base na Lei 1.060/50, por não poder arcar com as custas processuais e honorários, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.
- b) Requer que seja dispensada a audiência de conciliação ou mediação, tendo em vista a imprescindibilidade de realização de perícia médica para o deslinde da causa, nos termos do art. 319, VII, CPC;
- c) Determinar a citação da Requerida, por carta, para, querendo, responder à presente ação no prazo legal

☎ (85)9.9666 6848

✉ [fabiana@negreirosadvogados.com.br](mailto:fabiana@negreirosadvogados.com.br)



Rua Francisco Segundo da Costa, n° 107 Sala 08 | Edson Queiroz | Cep: 60.811-650





**NEGREIROS**  
advocacia

sob penas de confesso e revelia;

d) Requer-se a condenação da requerida no montante de corresponde à R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), visto que a própria tabela indica que o valor real a ser pago em caso de lesão em um dos membros superiores correspondente a 70% do valor do seguro. Tudo acrescido de juros de 1% ao mês e correção monetária com fito no IGPM, incidindo desde o pagamento parcial, além das custas processuais e honorários de 20% sobre o valor da condenação nos termos do artigo 85 do CPC.

e) Requer, ainda, a inversão do ônus da prova, por se tratar de uma relação de consumo, presentes as características de verossimilhança e hipossuficiência do consumidos (Lei 8.078/90, Art. 6º, VIII).

f) Protesta, se necessário, provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, notadamente: depoimento pessoal, testemunhal, juntada ulterior de novos documentos, perícia, tudo desde logo requerido, caso não atendida à súplica de julgamento antecipado da lide.

h) Requer que todas as intimações e/ou notificações em nome do Requerido, sejam realizadas em nome de sua advogada **FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO OAB/CE 35.010**, sob pena de nulidade.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), para efeitos fiscais.

Nestes Termos,

Pede e Espera deferimento.

Fortaleza/CE, 28 de setembro de 2018.

**FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO**

ADVOGADA

**OAB/CE 35.010**

